Parte 2 - Pesquisa qualitativa: aplicações nos estudos rurais

Entre poderes, discursos e imagens: a análise do discurso e as fotografias como técnicas de investigação das relações de poder no Assentamento Olga Benário em Ipameri/GO

Rafael de Melo Monteiro
Vera Lúcia Salazar Pessôa

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MONTEIRO, R.M., and PESSÔA, V.L.S. Entre poderes, discursos e imagens: a análise do discurso e as fotografias como técnicas de investigação das relações de poder no Assentamento Olga Benário em Ipameri/GO. In: MARAFON, G.J., RAMIRES, J.C.L., RIBEIRO, M.A., and PESSÔA, V.L.S., comps. *Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, pp. 267-286. ISBN 978-85-7511-443-8. <https://doi.org/10.7476/9788575114438.0017>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Entre poderes, discursos e imagens: a análise do discurso e as fotografias como técnicas de investigação das relações de poder no Assentamento Olga Benário em Ipameri/GO

Rafael de Melo Monteiro
Vera Lúcia Salazar Pessôa

*E me inventei neste gosto, de especular ideia.
O diabo existe e não existe? Dou o dito. Abrenúncio.
Essas melancolias. O senhor vê: existe cachoeira; e
pois? Mas cachoeira é barranco de chão, e água
se caindo por ele, retombando; o senhor consome
essa água, ou desfaz o barranco, sobra cachoeira
alguma? Viver é negócio muito perigoso...*

João Guimarães Rosa

Esse texto objetiva compreender a aproximação da geografia com a pesquisa qualitativa e a importância da aplicação das técnicas de pesquisa da análise do discurso e das fotografias para investigação das relações de poder no Assentamento Olga Benário em Ipameri, no estado de Goiás. A ideia de utilizar essas metodologias qualitativas se deve a pesquisas de campo realizadas nesse assentamento durante a elaboração de dissertação de mestrado, entre 2011 e 2012. Usaram-se também registros fotográficos feitos no decorrer de pesquisas realizadas no mesmo assentamento durante a graduação, entre 2009 e 2010.

As técnicas da análise do discurso e das fotografias, apesar de serem importantes na construção de pesquisas qualitativas, são modestamente utilizadas pelos pesquisadores, incluindo os geógrafos. Sua aproximação com as fotografias é maior, porém, com caráter meramente ilustrativo. Em relação à análise do discurso, há maior resistência, por causa do pouco aprofundamento teórico-metodológico dos profissionais da geografia nesse campo disciplinar, que é tradicionalmente ligado à linguística, mas usado pela filosofia, história, sociologia, administração, enfermagem e outras ciências.

Nesse sentido, as discussões deste texto centram-se nos seguintes questionamentos: como se dá a aproximação da geografia com a pesquisa qualitativa? Qual a contribuição da análise do discurso e das fotografias para o entendimento das relações de poder no Assentamento Olga Benário? Para respondê-los, o texto estrutura-se em cinco seções. Na primeira, discute-se a relação da geografia com a pesquisa qualitativa. Na segunda, apresentam-se teoricamente as técnicas da análise do discurso e das fotografias. Na terceira, contextualiza-se o fenômeno pesquisado, enfatizando-se a produção das relações de poder no assentamento em tela. Na quarta, argumenta-se sobre a dimensão política dos conflitos no assentamento. Na quinta, ressaltam-se as relações sociais no cotidiano desse assentamento. Nessas duas últimas seções, mostra-se a aplicação da análise do discurso e das fotografias na pesquisa das relações de poder no assentamento estudado.

Geografia e pesquisa qualitativa: encadeamentos teórico-metodológicos

Nesta seção, intenta-se evidenciar uma questão: a necessidade de se entrelaçar o pensamento geográfico com a pesquisa qualitativa, uma vez que as técnicas qualitativas emergem como novas possibilidades de produção do conhecimento, o que, de acordo com Sposito (2004), equivale a uma apropriação intelectual de determinado campo empírico ou ideal de dados, com o intuito de compreendê-los, interpretá-los e utilizá-los. Para Bachelard (2004), conhecer é descrever para re-conhecer. É preciso ser exaustivo, mas manter a clareza; é necessário manter contato cada vez mais estreito com o real, mas o espírito deve estar alerta e ciente de suas perspectivas, contradições e pontos de referência.

Assim, é pertinente uma prudência em relação à teorização de determinada realidade, pois, como ressalta Bachelard (2004), o conhecimento não é capaz de esgotar a realidade, que suscita pesquisas “sem fim”. A essência da realidade reside na resistência ao conhecimento, sempre inacabado. Portanto, se o conhecer é realizado com facilidade, é porque se desenvolve em um plano irreal, e essa irrealidade é o preço de sua facilidade.

Dessa maneira, concebe-se o princípio do movimento na construção do conhecimento, que é uma criação contínua, na qual o antigo explica e assimila o novo, ao passo que o novo reforça o antigo e o reorganiza. Esse processo é denominado de retificação incessante do pensamento diante do real (Bachelard, 2004). São questões suscitadas pela realidade que induzem as problematizações geradoras de pesquisas acadêmicas: por quê? como? para quê? em que lugar? representam diretrizes para o pesquisador “guiar-se” na elaboração de sua pesquisa (Sposito, 2004).

Além disso, também se deve considerar o rigor um elemento importante na produção científica. Obviamente, o rigor não se confunde com a rigidez, interpretada como um “engessamento” teórico-metodológico que não permite a oxigenação das reflexões, assemelhando-se a um doutrinamento. O rigor sinaliza uma preocupação do pesquisador com a qualidade de seu trabalho, utilizando conceitos, categorias, teorias e técnicas de pesquisa capazes de imprimir credibilidade à produção, como as técnicas qualitativas.

Nessa linha de raciocínio, concorda-se com a proposição de Sposito (2004): a pesquisa científica (e qualitativa) deve ser radical, crítica e totalizante. Assim, justificam-se essas três características: a) radical – refere-se à busca da raiz dos elementos/fenômenos/variaáveis estudados, sem admissão de restrições ou limitações. O conhecimento que não possui a característica da radicalidade torna-se ingênuo, superficial, obscuro e não fornece possibilidade de esclarecimento ou negação do proposto; b) crítica – significa uma atitude de espírito que não admite qualquer afirmação sem reconhecer sua legitimidade racional. Criticar é ter o cuidado de saber estabelecer critérios, o que representa possuir normas para decidir o que se legitima como verdadeiro ou falso; c) totalizante – significa a contextualização do pensamento crítico e radical, ou seja, a capacidade de inserir o objeto de reflexão no contexto do qual ele é conteúdo, o que fragmenta uma possível generalização.

Dessa forma, Bachelard (2004) ressalta que é um erro conferir ao conhecimento real um único sentido, pois, para apreendê-lo em sua dinâmica, é preciso colocá-lo em seu ponto de oscilação; priorizar a generalização quanto à verificação é desconsiderar o caráter hipotético de uma generalidade que se justifica apenas por sua comodidade e clareza. Por outro lado, após ocorrer a verificação, há uma segmentação da generalização, o que faz emergirem novos problemas dos quais devem se apropriar as pesquisas futuras.

Distintas pesquisas apresentam proposições para a produção do conhecimento compatíveis com a orientação filosófica do pesquisador. Neste texto, optou-se por seguir as diretrizes da pesquisa qualitativa, oriunda da reivindicação das ciências humanas e sociais pela construção de novos paradigmas científicos, visto que, com o advento da modernidade, os paradigmas tradicionais encontravam-se em crise. Por isso, é salutar a argumentação de Demo ao considerar que “não podemos nos desfazer todo dia, para

nos inventar de novo, como se não houvesse história. Entretanto, não é viável inovar sem nos desconstruirmos em certa medida” (1998, p. 3). Ou seja, cabe ao pesquisador estar aberto a diversas reflexões sobre a sociedade e seu espaço.

Corroborando essas assertivas, Chizzotti (2009) salienta que o pesquisador, ao conduzir uma pesquisa de caráter qualitativo, deve despojar-se de preconceitos para assumir uma postura aberta às manifestações que observa. Não se deve conduzir pelas aparências imediatas para tentar alcançar uma compreensão dos fenômenos. Sobre isso, Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002) reforçam que, na pesquisa qualitativa, o pesquisador procura seguir a tradição compreensiva e/ou interpretativa, entendendo que os indivíduos/grupos sociais agem em função de suas condições materiais de existência, crenças, sentimentos, valores e percepções. Suas ações e comportamentos possuem sentidos e significados impossíveis de se conhecer imediatamente, sendo necessário desvelá-los.

Na condução de uma pesquisa qualitativa, é importante adotar técnicas de investigação responsáveis por imprimir credibilidade, confirmabilidade e consistência aos dados/informações apresentados. Em nosso caso, as técnicas da análise do discurso e das fotografias são pertinentes no intuito de compreender as relações de poder no Assentamento Olga Benário.

Análise do discurso e fotografias: princípios para aplicação na pesquisa qualitativa em geografia

No decorrer do processo de pesquisa, como produto das interações entre pesquisador e sujeitos pesquisados, discursos são enunciados a todo momento. Esses discursos manifestam uma intencionalidade, uma orientação ideológica do enunciador, produzida em determinado contexto histórico-espacial no qual ele está inserido. Nesse contexto, utilizar a análise do discurso (seguindo sua orientação francesa, que emergiu no final dos anos 1960 e teve como precursores Jean Dubois e Michel Pêcheux) foi importante para interpretar/decodificar a *fala* dos camponeses entrevistados (Silva, 2009).

Caregnato e Mutti (2006), Fernandes (2007) e Mazière (2007) argumentam que a análise do discurso ancora-se em três pilares: a ideologia, a história e a linguagem. A ideologia é o posicionamento do sujeito quando ele se filia a um discurso, compreendendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui uma representação; a história representa o contexto socioespacial desse sujeito; e a linguagem é a materialidade do texto expresso por ele. A combinação desses elementos induz a interpretação do sentido de sua enunciação. Essas diretrizes significam que a língua não é transparente, e o analista do discurso não é neutro, pois constrói uma interpretação acerca do discurso do outro.

Partindo desses pressupostos, Fernandes (2007) ressalta que o sem-terra (para essa pesquisa, o camponês assentado), como todo sujeito, vive em um mundo social no qual ocorrem vários processos de interação. Nessas interações, estabelecem-se interlocuções com outros sujeitos/grupos sociais, com outras questões ideológicas e políticas, enfim, com o mundo e parte da complexidade que o envolve. Por meio desses processos, o sujeito/grupo social constitui-se em espaços e tempos histórico-espaciais e seus atos verbais e não verbais têm sentidos de acordo com os aspectos socioculturais que englobam as condições de sua produção e que redefinem sua identidade social e a do grupo.

Os sujeitos sociais sofrem influência de formações discursivas, que, para Pêcheux (2009), são aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, influencia o que pode e deve ser dito (esquema 1). Em sua concepção, todo processo discursivo está inscrito em uma relação ideológica entre as classes sociais. Por isso, as ideologias não são ideias, mas materialidades. Elas não têm suas origens no indivíduo, mas constituem os indivíduos em sujeitos, em virtude de suas práticas sociais.

Esquema 1 – Representação da posição do sujeito, seu discurso e sua ideologia na conjuntura da luta de classes

Fonte: Pêcheux (2009).

Elaboração: Rafael de M. Monteiro (2012).

Desse modo, a formação discursiva dos sujeitos é constituída por dois tipos de discurso: o interdiscurso e o intradiscurso. O interdiscurso são os conhecimentos construídos socialmente, que antecedem o sujeito; e o intradiscurso é o fio do discurso do sujeito, a materialidade (fala), a formulação do texto, efeito do interdiscurso, uma interioridade influenciada pelo exterior (Caregnato e Mutti, 2006; Pêcheux, 2009). Portanto, a finalidade da análise do discurso é tornar aparentes os aspectos referentes à existência social dos sujeitos/grupos sociais, levando em conta suas características linguísticas, políticas e ideológicas, as quais produzem suas posições nas formações socioespaciais e discursivas (Fernandes, 2007). Em nosso estudo, os discursos dos camponeses assentados refletem as relações de poder das quais eles participam no Assentamento Olga Benário. Essas relações podem ainda ser reveladas por outra técnica de pesquisa: as fotografias.

Segundo Martins (2009), o visual se torna, cada vez mais, documento e instrumento útil na leitura científica dos fatos e fenômenos sociais. Aliás, torna-se não apenas um documento, mas um registro capaz de perturbar as certezas formais oriundas do cientificismo. Loizos (2008) destaca que, embora a pesquisa social esteja tipicamente a serviço de complexas questões teóricas e abstratas, ela pode empregar como dados primários as informações visuais. Para L'Estoile e Sigaud (2006), as fotografias, como produtos visuais, participam de uma relação de troca com os pesquisados e com o espaço no qual o pesquisador está inserido.

Nesse sentido, as fotografias são registros da mentalidade de quem fotografa, de quem é fotografado e de quem as utiliza. Ou seja, não se deve pensar a fotografia sem pensar seu objeto e seu objetivo porque, por trás do registro fotográfico, existe a perspectiva do fotógrafo, seu modo de ver. A interpretação exige uma leitura tanto das presenças quanto das ausências de um registro visual (Loizos, 2008; Martins, 2009).

Para Martins, a fotografia é mais indício do irreal do que do real, é mais o supostamente real recoberto e decodificado pelo fantasioso, pelos produtos do autoengano necessário e próprio da reprodução das relações sociais e de seu respectivo imaginário. No que supostamente revela, e em seu caráter indicial, faz emergir também o ausente, dá-lhe visibilidade, propõe-se como realismo da incerteza:

A fotografia vista como conjunto narrativo de histórias, e não como mero fragmento imagético, se propõe como memória dos dilaceramentos, das rupturas, dos abismos e distanciamentos, como recordação do impossível, do que não ficou e não retornará; memória das perdas; memória desejada e indesejada; memória do que opõe a sociedade moderna à sociedade tradicional, memória do comunitário que não dura, que não permanece; *memória de uma sociedade de rupturas, e não de coesões e permanências*; memória de uma sociedade de perdas sociais contínuas e constitutivas, de uma sociedade que

precisa ser recriada todos os dias, de uma sociedade mais de estranhamentos do que de afetos (2009, p. 45, grifos nossos).

Assim, a fotografia em si, como coisa material, tanto pode dizer pouco como documento quanto pode enganar muito. Se tratada como imagem, isto é, expressão e documento do imaginário que há nos modos de ver, pode se tornar um documento auxiliar das ciências sociais e humanas, capaz até de renová-las no desafio teórico que seu advento e seu uso social propõem (Martins, 2009). Desse modo, a fotografia foi utilizada e interpretada como representação das relações de poder no Assentamento Olga Benário.

Contextualizando o fenômeno pesquisado: a produção das relações de poder no Assentamento Olga Benário

O Assentamento Olga Benário localiza-se no município de Ipameri/GO. Originou-se da desapropriação do imóvel rural Fazenda Ouro Verde/Santa Rosa¹ (extensão total de 4.322 hectares), ocorrida em 11 de agosto de 2004, com a emissão na posse em 22 de julho de 2005 e a criação oficial em 9 de agosto de 2005 (MDA/INCRA, 2006). Essa desapropriação foi negociada entre o proprietário da fazenda e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Visando acelerar a negociação, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) estabeleceu um acampamento em frente à sede desse órgão em Goiânia. Após a negociação, as famílias acamparam na entrada da fazenda e, em seguida, puderam adentrá-la, passando a ser assentadas. Sua entidade representativa era, no início, o MST, visto que todas compunham esse movimento.

Entretanto, depois de três anos no assentamento como membros do movimento social, parte das 84 famílias desvinculou-se do MST. Desse rompimento, surgiu a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário (ASPRAOB), constituída por cerca de cinquenta famílias. Dentro do grupo do MST, formou-se um subgrupo, o Coletivo Margarida Alves, composto por seis famílias em regime semicoletivo na terra. Essas famílias produziam conjuntamente em uma área total de 138 hectares, mas cada uma possuía dois hectares para produção de autoconsumo (Monteiro, 2010). Esse coletivo encontra-se em processo de separação. Nesse cenário, são configuradas as relações de poder no assentamento.

¹ No *Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário* (MDA/INCRA, 2006), consta que o nome da fazenda desapropriada é Ouro Verde. No entanto, os camponeses a conhecem por Santa Rosa.

Para retratá-las, considerar-se-ão duas dimensões: a política e a do cotidiano. Na dimensão política, incorporam-se os conflitos internos desse território, envolvendo os camponeses, o INCRA e o MST, com ênfase nos percalços da organização socioespacial do trabalho. Na do cotidiano, abrangem-se as sociabilidades dos camponeses assentados, com ênfase no trabalho comunitário e na religiosidade.

***Sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias!*² A dimensão política**

As relações de poder no Assentamento Olga Benário tornam-se evidentes para os visitantes logo na entrada. A placa oficial de criação do assentamento possui uma pichação que indica: “Aqui produz soja transgênica”. De acordo com informações obtidas no decorrer dos trabalhos de campo, essa frase foi escrita em protesto contra o arrendamento de parcela de terras para plantio de soja transgênica, o que contraria as diretrizes do MST. Isso teria provocado um descontentamento por parte das famílias assentadas e se constituiu em um dos motivos do rompimento ocorrido nesse território, com a posterior formação da ASPRAOB. A fotografia 1 representa essa argumentação:

Fotografia 1 – Placa do assentamento pichada em função do plantio de soja transgênica

Autor: Rafael de M. Monteiro (2012).

² Ver Guimarães Rosa (2006).

As fragmentações produzidas no assentamento originaram metamorfoses territoriais, além da transformação original, quando o latifúndio tornou-se um assentamento. Um dos símbolos espaciais desse processo é o retiro, conjunto de residências em que os antigos trabalhadores da fazenda habitavam e que se localiza na entrada do lugar. Se, antes do assentamento, o retiro representava a exploração do trabalho pelo latifúndio, após a formação deste, tornou-se área comum para os assentados, até 2010. A partir dessa data, fixou-se nele uma bandeira do MST, tornando-o um espaço do movimento. Houve um acordo entre MST e ASPRAOB: o retiro ficaria sob utilização do movimento, e a sede da fazenda, distante oito quilômetros da entrada principal, sob responsabilidade da associação (Monteiro, 2010). Essa é outra evidência das relações de poder no assentamento, conforme demonstra a fotografia 2.

Fotografia 2 – Área do retiro ocupada pelo MST no Assentamento Olga Benário/Ipa-meri/GO: a) ano de 2009, quando o retiro era área comum para os assentados; b) e c): ano de 2010, quando a área do retiro foi apropriada pelo MST; e d) ano de 2012, local de funcionamento da secretaria do MST

Autores: Rafael de M. Monteiro (2009, 2010) e Waldivino G. Firmino (2012).

Esse mosaico de imagens que compõe a fotografia 2 apresenta-se como um conjunto narrativo de histórias e transformações socioespaciais, memória de rupturas, dilaceramentos e distanciamentos, de acordo com as teorizações de Martins (2009) acerca das fotografias. Esta, aliás, é uma das vantagens do uso dos registros fotográficos: a possibilidade de periodizar e entrelaçar temporalmente os acontecimentos.

Parte expressiva das frustrações dos camponeses assentados advém da carência/insuficiência de recursos financeiros, creditícios e/ou tecnológicos disponibilizados pelo INCRA. Além disso, eles reclamam da ausência de autonomia em relação aos créditos acessados; por exemplo: não podem escolher o estabelecimento comercial em que querem comprar, o preço a pagar pelo produto adquirido, nem a qualidade deste, uma vez que as mercadorias devem ser retiradas em um único local. Os camponeses não acessam dinheiro, fazem pesquisas de preço em, no mínimo, três estabelecimentos comerciais locais e firmam um acordo com o mais barato. Sobre essa falta de autonomia em relação aos créditos, o fragmento discursivo 1 é emblemático, pois um dos camponeses entrevistados ressalta que esse modelo

é bem pior porque se o dinheiro fosse obviamente na mão da pessoa você teria um poder de barganha maior né e poderia escolher um material de melhor qualidade porque uma coisa é você tá com o dinheiro pra você comprá, que você pudesse comprá em qualquer lugar e outra é você ser obrigado a comprar numa loja com a planilha [de preços] já determinada, então [...] o preço é aquilo né e você num pode sair daquilo (entrevistado 2, fragmento discursivo 1, 2 jun. 2012).³

O recurso financeiro-produtivo mais visado pelos assentados é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), da ordem de R\$ 30 mil (três anos de carência para começar a ser pago). Contudo, nenhuma família do assentamento conseguiu acessá-lo. Nem mesmo a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) foi liberada pelo INCRA. O fragmento discursivo 2 apresenta a insatisfação de uma família camponesa com essa situação:

Nem tem perspectiva pra pegar não [PRONAF], era prá tê pego há vários anos atrás né e tem vários problemas pra pegá, burocracia muito grande, provavelmente não vamo pegá esse ano também não (*filho do camponês*). Essa questão do PRONAF, por exemplo, é uma coisa bem complicada [...] que pra gente conseguir acessá ele a gente vai ter que tá com

³ Optou-se por manter a fidelidade na transcrição da fala dos entrevistados com base no pensamento de Whitaker, segundo o qual “os transcritores julgam possível reproduzir uma pronúncia original usando erros ortográficos. Quando um sujeito fala, ele está falando, não está escrevendo. Não está, assim, cometendo erros ortográficos” (2002, p. 116).

as parcelas cercadas, todas as APPs também, as áreas de preservação, então tudo nós temo que cercá antes prá tê acesso ao PRONAF. Aí nós num temo recurso e o INCRA que deveria fornecer esse recurso ou mesmo até, porque como a gente já pegou uma terra que já deveria ter sido cercada antes, então se é uma lei, então o fazendeiro já devia ter feito, então ele repassou pra gente sem cercá e agora a gente tem que cercá e não temo recurso (*camponês*) (entrevistado 2, fragmento discursivo 2, 2 jun. 2012).

De modo geral, o sentido dos discursos enunciados evidencia um descontentamento dos camponeses em relação às dificuldades da vida no assentamento. Isso corrobora as argumentações de Caregnato e Mutti (2006), Fernandes (2007), Maziére (2007), Pêcheux (2009) e Silva (2009) de que a análise do discurso visa compreender e interpretar os sentidos do discurso, uma vez que considera que a língua não é transparente e revela intencionalidades dos enunciadores, gestadas conforme suas ideologias e seu contexto histórico-espacial. O fragmento discursivo 3 apresenta um discurso no qual o camponês considera que o processo de assentamento e de reforma agrária desenvolvido é

muito decepcionante né, a gente esperava que fosse uma coisa bem maior [assentamento], bem mais profunda [reforma agrária] e o que a gente vê é isso né, as famílias são jogadas aqui, de uma forma né, que quase que nós nos tornamo aqui uma favela rural né, as famílias passando dificuldade, num tem condições porque eu acho que plantá, tentá produzi numa terra degradada, sem nenhuma estrutura né, e a condição de vida que a gente leva aqui, é degradante mesmo, então, prá nós é muito decepcionante, porque a gente sonhava com uma outra coisa e vê que a realidade é bem diferente (entrevistado 2, fragmento discursivo 3, 2 jun. 2012).

No período inicial de formação do assentamento, surgiram propostas organizativas baseadas em modelos coletivos e/ou semicoletivos. Porém, os camponeses optaram pelo modelo familiar. A exceção foi o grupo de famílias comandado por uma das lideranças do MST que decidiu formar o Coletivo Margarida Alves. Atualmente (2012), esse coletivo encontra-se em processo de separação, pois, das seis famílias que o compõem, três decepcionaram-se com a condução do coletivo pelas demais, que possuem laços de parentesco entre si (incluindo a liderança do MST). Relata-se que, após a formação do assentamento, a liderança tomou medidas que deixaram o bem coletivo em segundo plano, o que motivou muitas famílias a se desvincularem do movimento e a fundarem a ASPRAOB. As fotografias 3 e 4 apresentam as placas indicativas da existência da associação e do coletivo.

Fotografia 3 – Placa indicativa da existência da ASPRAOB no Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO

Autor: Rafael de M. Monteiro (2009).

Fotografia 4 – Placa indicativa da existência do Coletivo Margarida Alves no Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO

Autor: Rafael de M. Monteiro (2009).

Questionada sobre a formação do Coletivo Margarida Alves, uma camponesa respondeu:

O coletivo lá foi quando foi dividir as parcela e o MST tinha um sonho em criar agrovila, trabaiá coletivo, todo mundo junto, aí construir a, fazer a agrovila né e aí separado pra trabalhá coletivo, só que ninguém quis porque coletivo é difícil dá certo porque individual é melhor porque cada um trabalha o dia e a hora que pode e do jeito que gosta e quando é coletivo não (entrevistada 1, fragmento discursivo 4, 17 mai. 2012).

Esse fragmento discursivo demonstra que o trabalho coletivo, com a socialização dos meios de produção e dos resultados do trabalho, não faz parte das tradições socio-culturais camponesas. Portanto, apesar do trabalho de formação política desenvolvido pelo MST na fase de acampamento, ao adentrarem o assentamento, esses ideais, eventualmente compartilhados, *caem por terra*. Ressurge o desejo da terra para o trabalho da família camponesa. Todavia, outras práticas associativas são vistas de forma positiva, como apresenta o fragmento discursivo 5, enunciado pela mesma assentada:

O assentamento pensa mais assim: buscá e vendê coletivo e produção individual, pra dá mais certo [...] Porque igual o que a gente tem que sentá e organizá: vamos produzí o quê? O que for melhor e todo mundo produzí individual e vendê coletivo [...] Porque se eu plantá maracujá, o outro plantá, é, abóbora e cada um planta um trem, num vai vir um caminhãozinho [de agroindústrias e empresas do ramo agropecuário] buscá de cada um, então se a gente produzí a mesma coisa, individual, e vendê coletivo aí funciona (entrevistada 1, fragmento discursivo 5, 17 mai. 2012).

Percebe-se que a ideia não é coletivizar a terra entre todas as famílias do assentamento; essa proposta, os camponeses rejeitaram. O ideal é que cada família possa produzir em sua propriedade e, ao final, a produção (do mesmo produto) seja somada para ser comercializada mais facilmente no mercado. Interessante que a resposta da camponesa deixa subentendida a pretensão de comercializar com empresas agropecuárias e agroindústrias, o que poderia representar uma subordinação dos camponeses a essas empresas, mas seria uma garantia de renda para a família.

O fragmento discursivo 6, enunciado por um camponês membro do MST, reforça essa argumentação:

O que vingou mesmo foi trabalhar individualmente [...] porque o pessoal não tem conhecimento ainda de trabalhar coletivamente [...] o pessoal rejeitou muito essa proposta [...] Eu defendia muito que fosse o semicoletivo porque a gente teria uma parte que você

poderia tocá individualmente e outra parte que seria [...] coletivamente. Porque essa fazenda ela tem muito potencial prá você trabalhar coletivamente, por exemplo, nós poderíamos tá aqui explorando [...] apicultura, que nós temo muita área de reserva, poderia tá trabalhando aí com baru, que tem bastante também. Na época da, alguns períodos aí por exemplo de pequi, tem bastante, a gente poderia tá trabalhando isso coletivamente, mas num vingou a ideia (entrevistado 1, fragmento discursivo 6, 2 jun. 2012).

Esse assentado, por ter feito parte da coordenação de acampamentos e por integrar o Setor de Finanças do MST no Assentamento Olga Benário, possui maiores esclarecimentos em relação à produção coletiva e/ou semicoletiva, o que é resultado de sua formação política. Por outro lado, a materialização da ASPRAOB representou um símbolo da resistência camponesa, como elucida o fragmento discursivo 10:

Outra forma de organização que as pessoas conheciam era a associação. Se pensava e tinha muito conversa sobre isso, que era algo como o movimento [que] tem praticamente as porta aberta no INCRA prá discutir com o superintendente né, e bate boca e tem força política né [...] E eles pensava que a associação em si seria da mesma forma né, o pessoal criou né [...] aí era reunião direto e ia, o pessoal tava empolgado com isso. Quando viu que o negócio era, que o buraco era mais embaixo né, que eles tentava mas as porta tava fechada né, aí o pessoal foi desmotivando, tanto é que hoje tem a associação mas a força política aqui dentro é muito inferior ao movimento que tem o número de famílias menor (entrevistado 2, fragmento discursivo 10, 2 jun. 2012).

A ausência de uma orientação técnica aos assentados fez com que a experiência da associação não funcionasse como o esperado e suas condições de existência pouco melhorassem. Além disso, houve um enfraquecimento político dos assentados, divididos em diferentes grupos que realizavam e ainda realizam ações separadas uns dos outros. O fragmento discursivo 11 representa esse fato:

Olha eu acho que isso é prejudicial prá todo o coletivo [...] porque uma coisa era quando a gente tinha a força que a gente tinha quando tava aglutinado todas as famílias. O que é o problema nosso aqui dentro mesmo: muitas coisas que acontecem aqui que poderia não tá acontecendo, dificilmente aconteceria se nós tivesse num grupo só, da forma como nós viemos pra cá. Por exemplo [...] até a força nossa na prefeitura. Hoje nós temos um grupinho que vai, do MST, prá reivindicar as coisa da prefeitura, vai depois um outro grupinho que é da associação, vai alguns individualmente e recebe a mesma coisa, a mesma resposta: não! (entrevistado 2, fragmento discursivo 11, 2 jun. 2012).

Portanto, as fragmentações internas desse território comprometeram e ainda comprometem seu desenvolvimento. Todavia, essas fragmentações, originadas das relações de poder entre os camponeses assentados com o MST e o INCRA, não anulam as sociabilidades camponesas, manifestadas no assentamento por meio do trabalho comunitário, da religiosidade e do trabalho familiar nas parcelas de terra, construindo o cotidiano e as territorialidades desse lugar.

***Sertão é o sozinho, é dentro da gente!*⁴ A dimensão do cotidiano**

O cotidiano no Assentamento Olga Benário revela, além da dimensão dos conflitos, as sociabilidades camponesas construídas nesse território, ou seja, suas territorialidades. A presença dos conflitos políticos não anula a existência de relações de vizinhança, de trabalho comunitário, eventuais festas e participação em atos religiosos, sem contar o trabalho familiar nas parcelas de terra. Em 2011, realizou-se um mutirão para construir a moradia de um novo assentado, como explicita a fotografia 5.

Fotografia 5 – Mutirão para construção de moradia no Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO

Autor: Rafael de M. Monteiro (2011).

⁴ Ver Guimarães Rosa (2006).

Novamente, no ano de 2012, os camponeses assentados uniram-se em mutirões para construir uma ponte no assentamento, com o intuito de facilitar as locomoções internas. O trabalho comunitário serviu para realizar uma tarefa cabível ao INCRA, que deveria encaminhar os problemas do assentamento aos órgãos competentes a fim de solucionar a questão. A fotografia 6, em mosaico, é representativa dessa afirmação e narra as fases do trabalho comunitário.

Fotografia 6 – Mutirão para construção de uma ponte no Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: a) e b): início dos trabalhos; c) erguimento das hastes da ponte; e d) conclusão do levantamento das hastes da ponte

Autor: Waldivino G. Firmino (2012).

Esse território é perpassado também pela religiosidade dos camponeses, que atribuem a persistência na luta pela/na terra à sua fé e à sua religião. Nesse lugar, múltiplas crenças se manifestam, como o catolicismo, o protestantismo e o espiritismo. A fotografia 7 mostra a presença de uma igreja evangélica no assentamento, na qual famílias

se reúnem para professar sua fé, o que revela um dos níveis da dimensão cotidiana do assentamento e um espaço propício ao fortalecimento das relações de vizinhança e amizade entre os assentados. No assentamento, em todos os sábados há missas na sede da fazenda e encontros de oração em casas de assentados. Além disso, a Igreja Católica de Ipameri, na figura da coordenadora da Comissão Pastoral da Terra (CPT), atua para emplacar projetos no assentamento. Por parte das famílias evangélicas, são realizados cultos às quartas-feiras à noite e aos domingos pela manhã e à noite.

Fotografia 7 – Igreja evangélica no Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO

Autor: Rafael de M. Monteiro (2012).

O trabalho das famílias em seus respectivos lotes de terra também constitui o cotidiano do assentamento. Nesse espaço, tradicionalmente, as mulheres dedicam-se ao trabalho doméstico e às hortalças, e os homens, ao trabalho nos cultivos agrícolas e na pecuária. As crianças e jovens auxiliam nesses afazeres. A fotografia 8, como um mosaico de imagens, simboliza essa dimensão cotidiana a partir do trabalho produtivo familiar.

Fotografia 8 – Dimensões do trabalho familiar no cotidiano do Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: a) vista de uma unidade produtiva; b) produção de hortaliças para autoconsumo; c) criação de bovinos; e d) cultivos agrícolas

Autor: Rafael de M. Monteiro (2009).

Dessa forma, percebe-se a importância do valor da família para os camponeses, juntamente com a terra e o trabalho. Da produção familiar, obtêm-se o autoconsumo e o excedente a ser comercializado nas feiras e comércios locais/regionais. Nessa perspectiva, ressaltar a dimensão do cotidiano no assentamento é importante para evidenciar que a dimensão política não é capaz de explicar a totalidade das relações sociais nesse território. Além dos conflitos, emergem as relações de vizinhança, ajuda mútua, reciprocidade, religiosidade, enfim, territorialidades camponesas.

Considerações finais

Desenvolver uma pesquisa com caráter qualitativo não significa, ao contrário do que por vezes se pensa, empreender estudos sem critérios de qualidade, confiabilidade e rigor científico. A pesquisa qualitativa possui procedimentos metodológicos capazes de

imprimir objetividade, criticidade, consistência e confiança aos resultados alcançados, sistematizados e disponibilizados à comunidade acadêmica e à sociedade. Entretanto, deve-se asseverar que a escolha correta da metodologia faz diferença na qualidade dos trabalhos. Logo, as técnicas de investigação devem estar atreladas aos objetivos propostos. Escolhas inadequadas podem impedir que se alcancem respostas seguras às problemáticas levantadas e que se conduzam os trabalhos empíricos de maneira satisfatória.

Em virtude disso, escolheram-se a análise do discurso e as fotografias como procedimentos de investigação para compreender as relações de poder no Assentamento Olga Benário. Os discursos enunciados pelos sujeitos/grupos sociais expressam os conflitos políticos ocorridos no assentamento, são as enunciações articuladas aos discursos dos grupos dos quais participam. As fotografias também são capazes de representar as relações de poder e possibilitam a visualização de suas manifestações territoriais. Além disso, documentam as territorialidades cotidianas dos camponeses assentados, explicitando que, para além da dimensão política dos conflitos, existe no assentamento a dimensão cotidiana, das sociabilidades e territorialidades camponesas. Considera-se importante a aplicação dessas técnicas na pesquisa empreendida e julga-se prazerosa a articulação metodológica com o fenômeno empírico estudado. Assim, deixa-se a sugestão para futuras pesquisas e pesquisadores que desejem aprofundar as discussões sobre metodologias qualitativas e suas aplicações.

Referências

- ALVES-MAZZOTTI, Alda e GEWANDSZNAJDER, Fernando. “O debate contemporâneo sobre os paradigmas”. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002, pp. 129-46.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *NBR – 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação*. Rio de Janeiro, 2002a.
- . *NBR – 6023: informação e documentação: referências: elaboração*. Rio de Janeiro, 2002b.
- . *NBR – 14724: 2011: informação e documentação: trabalhos acadêmicos*. Rio de Janeiro, 2011.
- BACHELARD, Gaston. *Ensaio sobre o conhecimento aproximado*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- CAREGNATO, Rita C. A. e MUTTI, Regina. “Pesquisa qualitativa: análise do discurso *versus* análise de conteúdo”. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, out.-dez. 2006, pp. 679-84.
- CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- DEMO, Pedro. “Pesquisa qualitativa: busca de equilíbrio entre forma e conteúdo”. *Revista Latino-Americana*, Ribeirão Preto, abr. 1998, v. 6, n. 2, pp. 89-104.
- FERNANDES, Cleudemar A. *(Re)tratos discursivos do sem-terra*. Uberlândia: EDUFU, 2007.
- GUIMARÃES ROSA, João. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- L'ESTOILE, Benôit de e SIGAUD, Lygia (orgs.). “Caderno de fotos: fotografia e pesquisa de campo”. *Ocupações de terra e transformações sociais: uma experiência de etnografia coletiva*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, pp. 190-28.

- LOIZOS, Peter. "Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa". In BAUER, Martin e GASKELL, George (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7 ed. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008, pp. 137-50.
- MARTINS, José de S. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MAZIÉRE, Francine. *A análise do discurso: história e práticas*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- MDA/INCRA. *Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário*, 2006.
- MONTEIRO, Rafael de M. *Território em conflito: tramas e tessitura do poder no Assentamento Olga Benário em Ipameri/GO* (trabalho de conclusão de curso). Graduação em Geografia. UEG, 2010, 110 p.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4 ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009.
- SILVA, Jeane M. "Análise do discurso e pesquisa qualitativa na geografia". In RAMIRES, Julio C. de L. e PESSÔA, Vera L. S. (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 91-118.
- SPOSITO, Eliseu S. *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- SUCUPIRA FILHO, Eduardo. *Introdução ao pensamento dialético: o materialismo da Grécia clássica à época contemporânea*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- WHITAKER, Dulce C. A. *Sociologia rural: questões metodológicas emergentes*. São Paulo: Letras à Margem, 2002.